

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Guilherme Rosa da Silva Lenarducci

Uma análise sobre o colapso da política de não contato: os povos indígenas isolados e o  
Estado brasileiro (1987—2020)

São Paulo  
2020

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

Guilherme Rosa da Silva Lenarducci

Uma análise sobre o colapso da política de não contato: os povos indígenas isolados e o Estado brasileiro (1987—2020)

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao programa de graduação em história da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito para obtenção do título de licenciado em história sob orientação do Prof. Dr. Fernando Torres Londoño

São Paulo  
2020

## **RESUMO**

A presente pesquisa busca me aproximar da compreensão e aplicação do termo indígena isolado, que foi a base para a formulação da política indigenista de não contato. Tal política, foi criada em 1987 juntamente a FUNAI com o Primeiro Encontro de Sertanistas, liderado pelo sertanista Sydney Possuelo. A partir disso, o Brasil abandonou a política assimilacionista deferida desde a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1910, ancorada no paradigma do século XIX que colocava aos indígenas da “barbárie” a caminho da “civilização”. A pesquisa buscou mapear a implantação dessa política através das decisões e ações das Frente de Proteção Etnoambiental (FPE), apontando para os debates que tem pautado sua atuação. Tendo em vista o não contato como ponto crucial para o funcionamento dessa política, foram considerados os conflitos envolvendo os povos indígenas Korubo e Matis localizados na Terra Indígena do Vale do Javari, onde se concentra o maior número de povos isolados do mundo. A pesquisa constatou uma longa história de tensões entre esses indígenas e diferentes situações de contato e uma variação de invasores (madeireiros, narcotraficantes, petrolíferas, missionários) que obrigam os isolados a viverem em constante fuga deixando-os em péssimas situações de vida. Chegando ao fim da pesquisa constata-se que nos últimos 4 anos houve um desmanche na política de isolados, na qual mesmo com os esforços das FPEs o contato acontece, com o conhecimento e indiferença do Estado, fragilizando os grupos e expondo-os ao desaparecimento. Agressão e violência que é respondida por alguns grupos decidindo manter-se isolados, permanecendo nos lugares onde estão seus vínculos e memórias que lhes conferem identidade e os antepassados ao que se mantêm ligados; colocando-se ao mesmo em condições de não sobreviver. Configurando-se desta forma o impasse da política de índios isolados e seu futuro incerto. A pesquisa foi realizada consultando os documentos de constituição e funcionamento da Coordenador-Geral de Índios Isolados e Recém Contatados, os regimentos das FPEs, memórias e relatos de sertanistas, análises de estudiosos, informes de ONGs, entrevistas, matérias jornalísticas e documentários.

**Palavras-chave:** Isolados. Contato. Política indigenista. Javari. Korubo.

## **SUMÁRIO**

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2 DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>8</b>
2.1 Breve história da política indigenista do século XX.....	8
2.2 Primeiro Encontro de Sertanistas em 1987.....	10
2.3 Vale do Javari .....	13
2.4 Korubo e Matis .....	16
2.5 Cenário político atual sob os isolados.....	20
<b>3 CONCLUSÃO.....</b>	<b>24</b>
<b>4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>26</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Desde 1987, o Estado no Brasil, estabeleceu uma política em relação ao que foi definido como povos isolados, rompendo assim a prática de contato que tinha caracterizado sua atuação durante o século XX com a criação do Serviço de Proteção dos Índios, SPI em 1911. Este artigo parte de considerar a formulação de sociedades primitivas e, a partir dela, trata da implementação da política em relação aos índios isolados, apontando para suas origens, dificuldades de realização e tensões geradas nas áreas de presença de povos considerados isolados. Os impasses de tal política são examinados através da recuperação de um conflito recente e de impacto nacional acontecido no Vale do Javari e que tem envolvido além de diversos interesses as relações dos povos Korubo e Matis. Espera-se que neste artigo a consideração da política de isolados e os impasses que ela representa, ajudem a entender a situação que ameaça os povos que vivem em isolamento voluntário, num momento em que com o governo atual está sendo reformulando o papel da FUNAI e da própria Coordenadoria de Índios Isolados.

A visão eurocêntrica lançada desde o século XVI sobre os povos americanos e, em particular, aos que viviam no que viria a ser o Brasil, os transformou em bárbaros, sem tecnologia de transformação da natureza, economia de produção, lei natural, Estado, religião, escrita, vivendo em absoluta carência do que definiria a humanidade e assemelhando-se aos animais. Situação expressada na consagrada expressão “vivendo sem lei, fé e rei”<sup>1</sup>. Logo, suas sociedades seriam primitivas, principalmente por não possuir Estado. O antropólogo francês Pierre Clastres, que viveu entre os anos sessenta e setenta junto com os povos do Chaco, em seu livro *A sociedade contra o Estado* explica que ao definirmos o que é uma sociedade avançada com base nos nossos padrões de uma sociedade com Estado, chamamos a sociedade indígena de arcaica, sendo que, proporcionalmente, os avanços e a forma como são constituídas as relações de cada sociedade são nivelados. As sociedades ditas primitivas, para Clastres, não acumulam riquezas, pois não produzem para trocar ou vender, porque produzem apenas para subsistência. Elas não teriam excedentes, pois suas produções atendem o necessário para eles. Vistas desde nossas sociedades regidas pelo comércio e o consumo, aquelas sociedades seriam arcaicas. Nesse sentido, ao falarmos sobre a

---

<sup>1</sup> Expressão usada por Pero de Magalhães Gândavo, em seu livro *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, de 1576.

economia de subsistência, associamos automaticamente o seu estilo de vida com pobreza, vivendo apenas do essencial por ser essa a única opção, não pelo fato de ser uma escolha própria, que a sociedade industrial não consegue assimilar (CLASTRES, 1974, pp. 167-168). Para Clastres, é errado pensar que a sociedade indígena não possui Estado porque não é avançada suficiente para isso, e que todas as suas características, apontadas como defeitos pela sociedade eurocêntrica, são decorrentes desse fato. Sendo que a falta de Estado é uma opção, uma recusa, que não faz parte de seu desenvolvimento ou que, quando foi introduzido dentro de seus grupos, não trouxe nenhum bem para sua existência.

Com o recorte voltado aos povos indígenas em isolamento voluntário, buscamos trabalhar com o conceito de “isolado” desde a sua criação até o presente momento. Nessa perspectiva é necessário adotar outro entendimento da formulação do isolamento que inclua aos próprios isolados como sujeitos de suas decisões, assim a condição de isolamento por parte deles seria uma escolha e não uma política indigenista. É provável que, para alguns povos que se mantêm isolados, o isolamento seja uma escolha; para eles, seria melhor viver nas condições que estão agora – por mais deploráveis e perigosas que sejam –, pois ainda vivem próximos dos seus antepassados, mantendo as relações com o meio ambiente ao qual se têm formado como cultura. O isolamento voluntário também estaria ligado diretamente com os traumas e a marginalização que sofreram desde o primeiro contato, direto ou indireto. O conceito de “isolamento” deveria também ser reformulado no seu alcance, pois apesar de o isolamento ser uma escolha, as frentes de dominação da sociedade vão continuar a cercá-los e, por consequência, limitar e deteriorar seus territórios. Para o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, ao intervir nesse debate em relação à política praticada a respeito desses povos, todos os povos indígenas deveriam ser considerados isolados, não só por estarem distantes da sociedade “branca”<sup>2</sup> e, sim, por estarem isolados entre si.

[...] a medida em que a imensa maioria deles perdeu sua autonomia política e territorial e teve os fundamentos cosmológicos de sua economia severamente abalados. Esses povos se encontram em uma situação de “isolamento involuntário”, mesmo lá onde seu contato inicial com os Brancos foi mais ou menos voluntário. (VIVEIROS DE CASTRO, 2019, p. 10)

---

<sup>2</sup> Termo que vai além da relação racial ou pigmentar, que se relaciona ao senso comum da fala de muitos povos ao se referirem à sociedade que os tirou o direito de existir em seu próprio território.

Dessa forma, as sociedades isoladas tornam-se destaque na resistência cultural contra o Estado. Recusando-se a renunciar a suas formas de vida, travam uma batalha, em total desvantagem, contra uma sociedade que despreza sua existência. A evolução da humanidade, na qual a dominação dos homens é vista como o ponto mais avançado de tecnologia da sociedade industrializada, não se sustenta perante os indígenas isolados que, de fato, só acabam cedendo quando não existe outra solução para os problemas do grupo.

É nesse patamar que o Estado se apresenta para os indígenas, como uma relação de explorador e explorado. Clastres define o Estado como “O instrumento que permite à classe dominante exercer sua dominação violenta sobre as classes dominadas” (CLASTRES, 1974, p. 178). E, mediante essa definição, vemos nos últimos quatro anos uma expansão genocida em direção aos territórios indígenas, transformando o básico em luxo, no qual sabemos que a realidade dos indígenas hoje em dia – e desde sempre, entretanto agora mais evidente – é de dificuldade em ter o básico, mostrando como a nossa realidade afetou diretamente a realidade deles. Assim, a dinâmica do que se entende por desenvolvimento e progresso praticado pelo Estado brasileiro força os povos indígenas a viver em péssimas condições e na miséria, atribuídas nos discursos que se espalham pela mídia e, atualmente, nas redes sociais à sua “inferioridade natural”. É esse contexto que se legitima e dá forma aos discursos de aproximação necessária para ter acesso aos recursos da natureza como a terra e de contato civilizador que integre os índios ao “convívio da sociedade brasileira”. Ainda, outra imagem é a de que os ditos povos isolados seriam intocáveis, praticamente uma relíquia, que viveriam em uma terra intacta sem a presença devastadora, o que torna também sua situação mais difícil.

Manuela Carneiro da Cunha, em seu livro *Índios no Brasil* discorre sobre como muitas vezes os indígenas são vistos como indefesos perante a ascensão capitalista no território brasileiro, e como essa visão que os coloca como vítimas e sem poder sobre suas vidas está errada: “Ora, não há dúvida de que os índios foram atores políticos importantes de sua própria história e de que, nos interstícios da política indigenista, se vislumbra algo que foi a política indígena” (CUNHA, 1992, p. 22).

É importante lembrar a resistência indígena ao longo dos séculos, que apesar das opressões, eles souberam – estrategicamente, dentro de suas limitações contra o domínio branco – se proteger e lutar por suas vidas. Dessa forma, sem essa força nem

chegaríamos a discutir atualmente sobre política indigenista, pois não existiriam indígenas para fazê-la. Cunha (1992, p. 24) destaca que os indígenas são os sujeitos de suas histórias e por isso tiveram a opção de se manterem próximos ou não de suas raízes, mostrando que o contato é integralmente parte de sua política. Sendo assim, é preciso compreender que o caminho correto para uma política indigenista que funcione deve ir ao encontro da política indígena.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Breve história da política indigenista do século XX**

O início do século XX foi marcado por massacres contra povos indígenas devido às constantes construções em locais próximos a aldeias, o que gerou conflitos. Essa visão de que ao Brasil cabia “proteger seus índios” fez com que, surgisse a ideia de criar, por parte do Estado, “um serviço” ou uma repartição que protegesse os índios. Nesse contexto, emerge a figura do primeiro coronel – e depois general e marechal –, Cândido Mariano da Silva Rondon (1865 – 1958) que, ocupando-se durante vinte anos de abrir caminhos no centro-oeste e norte do Brasil, tinha acumulado uma rica experiência no contato com diversos povos indígenas. Essa experiência lhe permitiu construir “uma imagem nova do índio verdadeiro que aguardava a intervenção salvadora do governo” (Ribeiro, 1979, p. 129). Nesse momento, existiam duas visões dos indígenas: para os moradores das metrópoles o índio era o da literatura, dos romances, o bom selvagem, enquanto para quem estava nas fronteiras ou sertões era a “fera indomada que detinha a terra virgem; [...] feroz e inumano, a fim de justificar, a seus próprios olhos, a própria ferocidade” (idem, p. 128, 129). Darcy Ribeiro destaca como era importante mudar a imagem dos indígenas para o povo brasileiro:

Enquanto para a gente das cidades o índio era o personagem de romance idílico, ao gosto de José de Alencar, ou o herói épico de Gonçalves Dias, inspirados em Rousseau e Chateaubriand, no interior o índio de verdade, era propositadamente contaminado de varíola, envenenado à estriquinina ou espingardeado. A tomada de consciência, o desmascaramento desta contradição se deve a Rondon.

A partir das ideias de Rondon fundamentadas no positivismo, foi criado, em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) que, em 1918, passou a se chamar SPI.

O SPI foi criado pelo Decreto Federal nº 8.072 em 20 de julho de 1910 e inaugurado em 7 de setembro do mesmo ano. Tinha como objetivos iniciais evitar a catequese indígena praticada pela igreja católica, proteger e integrar os indígenas e, principalmente, civilizá-los e transformá-los em trabalhadores nacionais; nesse momento, existia a ideia do “estar” índio, ou seja, que o índio era um processo de transição até se tornar civilizado<sup>3</sup>. Esse modo de integração pacifista foi a base da política de contato do SPI entre os anos de 1910 a 1967 e da Funai até 1987, o que será explicado mais à frente.

Rondon trouxe seus saberes empíricos de sua atuação na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915) para exercer a função de presidente do SPI. Na época seu trabalho, foi elogiado e usado como referência internacional. Sem dúvida, um dos fundamentos do pensamento de Rondon era se afastar ao máximo da política indigenista que ocorreu nos Estados Unidos, mesmo que essa forma custasse suas vidas<sup>4</sup>. E, mesmo no Brasil, em um período em que não existia política alguma para a proteção dos indígenas, Rondon com suas ideias positivistas conseguiu afastar os missionários católicos que buscavam, por meio da catequese, uma forma de civilizar os indígenas. O historiador Todd Diacon chama, em um texto biográfico do sobre o legado de Rondon, de “opostos binários”, onde existem pessoas que o enxergam como defensor e protetor dos indígenas e outros como um conquistador de indígenas que tentou a todo custo integrá-los e transformá-los em mão de obra para o estado brasileiro (DIACON, 2002, pp. 157-194). O antropólogo João Pacheco de Oliveira chamou essa contradição de “Paradoxo da Tutela” ao falar das ações de proteção do SPI, pois ao mesmo tempo que o órgão visava proteger o território e a cultura indígena, também alterava o seu modo de vida ao retirá-los de suas terras e colocá-los em outro local (OLIVEIRA, 1988, p. 117).

Porém, no final da década de cinquenta, diversas reportagens ligavam o SPI a maus tratos documentados contra os povos indígenas. Entre eles, cobertores contaminados com doenças, destruição de aldeias e vários casos de corrupção, revertendo a visão positiva da Europa a respeito dos métodos usados com os indígenas

---

<sup>3</sup> O Código Civil de 1916 foi importantíssimo para a política de contato e o futuro da política indígena no Brasil. Nele, foram estabelecidos a incapacidade dos índios e o poder de tutela ao governo e ao SPI, o que mostra a tentativa de apenas dar-lhes voz após estarem civilizados.

<sup>4</sup> O lema fortíssimo da política indigenista aplicada por Rondon com os povos indígenas foi: “morrer se preciso for matar nunca!”.

no Brasil. Em 1965, foi realizada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que mostrou as irregularidades do SPI, tais quais: despreparo de funcionários; abandono ao índio; propagação de doenças contagiosas e delitos contra a Fazenda Nacional e o Patrimônio Indígena (Comissão Parlamentar de Inquérito Irregularidades no SPI, nº 142, de 1965). Em 1967, foi produzido o Relatório Figueiredo, reunindo todas as atrocidades do SPI, incluindo extermínio de grupos indígenas, envenenamentos e torturas (MILANEZ, 2015, p. 59). O SPI termina, em dezembro de 1967, com a demissão e suspensão de mais de quarenta funcionários. No mesmo ano, foi criada a Fundação Nacional do Índio (Funai), no início da ditadura civil-militar e a crise do antigo serviço de proteção aos índios.

A Funai, composta em grande parte pelo mesmo corpo de funcionários que o SPI, seguiu com a mesma mentalidade integracionista e de tutela dos índios, que continuaram dominados pelo Estado. A Funai surgiu no período expansionista da ditadura militar (1964-1985) e teve de se adequar à política de integração nacional, marcada por grandes projetos hidrelétricos como o de Itaipu, e da Transamazônica, que afetaram territórios ocupados historicamente por uma série de povos indígenas. Atravessada por diversas denúncias de violências contra a populações indígenas, a Funai, durante a ditadura, manteve sua perspectiva assimilacionista, confirmada na Lei nº 6.001<sup>5</sup> de 1973. Assim, a política indigenista se limitava a afastar os índios das áreas de interesse estratégico, aproximando-os da civilização. Basicamente, a única mudança foi o nome da instituição, que continuou a tutelar os índios.<sup>6</sup> Nesse momento, emergia também o protagonismo dos próprios índios que se articulavam por povos, regiões e de forma nacional desde meados dos anos setenta.

## **2.2 Primeiro Encontro de Sertanistas em 1987**

Para entendermos a mudança de rumo que os povos isolados vivenciaram em 1987, precisamos falar primeiro sobre o trabalho do sertanista. Marechal Rondon foi o ponto de partida para a mudança da concepção de sertanista indigenista, que vai contra o “sertanismo de bandeira”, que “visava a conquista de riquezas, o sertanismo indigenista tem como propósito principal garantir a sobrevivência de povos indígenas”

---

<sup>5</sup> Art. 1º – Esta Lei regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional.

<sup>6</sup> Apesar desta política, e para defender os povos indígenas, foram surgindo organizações como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da Igreja católica, o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI), contribuindo depois para fundar o atual Instituto Socioambiental (ISA). Tais instituições realizaram um trabalho de fiscalizar as ações da FUNAI.

(MILANEZ, 2015). O sertanista é o meio termo entre os indígenas e a sociedade que os ameaça, sendo a linha de frente para a proteção dos indígenas pelas florestas brasileiras. Porém, era necessário mudar a forma de atuação dos sertanistas. O lema “morrer se preciso for matar nunca” não se mostrou real na prática e a mentalidade positivista que guiou os rumos dos povos foi ineficaz contra o poder de dominação do Estado, sendo conivente com os avanços dos brancos sobre os nativos. Nesse contexto, surge o sertanista Sydney Possuelo<sup>7</sup> que, em 1987, liderou o I Encontro de Sertanistas, para discutir novas formas de preservação indígena no Brasil.

A preocupação com a atual situação da política de contato no Brasil levou Possuelo a realizar esse primeiro encontro, pois não eram apenas os indígenas que estavam morrendo, mas também os sertanistas. Os sertanistas que se reuniram trocaram experiências e chegaram à conclusão de que se os índios faziam ou permitiam o contato, era porque aquela sociedade já estava ameaçada e não encontravam outra saída. Sendo assim, pouco restava para os isolados que buscam o contato, a não ser se aliar à sociedade “mais forte” para não morrer. Possuelo também denunciou o papel do sertanista voltado para contatar um grupo de isolados quando aquela área que eles habitavam era de interesse da iniciativa privada ou governamental, assim, evitando um banho de sangue quando a sociedade branca avançasse sobre eles. (I ENCONTRO DE SERTANISTAS, 1987, p. 8).

Embora tenhamos consciência do heroísmo e do sacrifício de inúmeros companheiros (sertanistas), nunca poderemos nos esquecer de que quando estamos em processo de atração, estamos na verdade sendo pontas-de-lança de uma sociedade complexa, fria e determinada; que não perdoa adversários com tecnologia inferior. Estamos invadindo terras por eles habitadas, sem seu convite, sua anuência. Estamos lhes incutindo necessidades que jamais tiveram. Estamos desordenando organizações sociais extremamente ricas. Estamos lhes tirando o sossego. Estamos os lançando num mundo diferente, cruel e duro. Estamos muitas vezes os levando à morte.

A partir de 1987, pela primeira vez a política indigenista assumiu a possibilidade de “não contato”. Mesmo com as tensões de uma Funai presidida por representantes de interesses contrários aos índios, foi determinado pelo presidente da Fundação, Romero

---

<sup>7</sup> Sydney Possuelo, considerado o último dos sertanistas da saga dos irmãos Villas Boas, já participou de diversas expedições e sempre foi um personagem de destaque na defesa dos povos indígenas, criou o Departamento de Índios Isolados (DEII, atual Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém-Contatados – CGIIRC), também esteve a frente das Frentes de Proteção Etnoambiental (FPEs) e, durante seu mandato como presidente da FUNAI (jul. de 1991 a mai. de 1993), foi o que mais demarcou terras indígenas, um total de 266. Tem sido assim, segundo Milanez (2015, p. 216), o funcionário da FUNAI mais importante para a política de índios isolados.

Jucá Filho, a criação da Coordenadoria de Índios Isolados (CII)<sup>8</sup>. A Coordenadoria ficou responsável por supervisionar as atividades relacionadas a localização, proteção e contato com os índios isolados, devendo constatar a existência de povos isolados, garantindo o seu não contato e que a cultura, as terras, os bens naturais, a fauna e a flora não fossem alterados<sup>9</sup>. Assim, também foi criado o Sistema de Proteção ao Índio Isolado (SPII)<sup>10</sup>, que deveria executar a política e as diretrizes de localização, proteção e de contato<sup>11</sup>. Criou-se também o ingresso na carreira de Sertanista, com necessidades básicas específicas para o trabalho<sup>12</sup>. O reconhecimento de uma carreira de Sertanista representou também transição importante para os antigos sertanistas, que puderam ingressar oficialmente nessa profissão e igualmente para a segurança dos índios não contatados, por terem pessoas preparadas para protegê-los.

Durante o encontro, também foram estabelecidos os três pilares para guiar o novo momento em que a Funai se encontra com essa mudança da política indigenista. O primeiro desses pilares é a Localização, que foi uma exigência de Possuelo, explicando que não era possível proteger os isolados se eles não tivessem um mapeamento de suas localizações, formando assim a Equipe de Localização de Índios Isolados, que não utiliza mais apenas o saber empírico adquirido pelo cotidiano dentro das florestas ;que era extremamente impreciso – mas, sim, estuda e mapeia os territórios, localiza geograficamente, analisa a agricultura e se informa dos perigos ou avanços de invasores próximos a esses locais. O segundo pilar é a Vigilância, que é o mais cuidadoso e depende totalmente da Localização para ser executado. Os caminhos a se tomar nessa política de vigilância é que os isolados não sejam forçados – muitas vezes por seu hábitat estar completamente inutilizável e o contato ser a última opção – a entrar em contato e que seus territórios originais não sejam degradados ou alterados. Também busca que qualquer risco à sobrevivência desses povos possa ser remediado e contornado. O Subsistema de Vigilância inclui Postos de Vigilância e Equipes Móveis, próximos o suficiente para obter informações e distantes para evitar o contato, sempre exercendo proteção física, patrimonial e cultural. O último pilar dessa portaria é o Contato, que exige mais recursos e profissionais preparados para esse tipo de trabalho. Nele, está contida toda a essência dessa nova relação com os índios, seus grandes

---

<sup>8</sup> Atualmente, Coordenadoria Geral de Índios Isolados e Recém Contatados (CGIIRC).

<sup>9</sup> Portaria n° 1900/87.

<sup>10</sup> Atualmente, Sistema de Proteção aos Índios Isolados e de Recente Contato (SPIIRC).

<sup>11</sup> Portaria n° 1047/88.

<sup>12</sup> Portaria n° 3628/87.

desafios e riscos. O impasse fica presente já na Portaria nº 1047/88, pois ao falar sobre o contato, a decisão a se tomar é incerta. Ao mesmo tempo em que são apresentados problemas que povos sofrem por expansões de empresas, invasões, pressões, perigos e fugas de seus territórios, também é mostrado o impacto que o contato pode trazer para a cultura, a saúde e a economia dos índios.

Logo, o paradoxo fica entre não entrar em contato e, possivelmente, os grupos desaparecerem fatalmente, ou entrar em contato e ir contra toda a nova política indigenista, colocar em risco a saúde dos isolados, como foi visto em casos passados de contato forçado, com o contágio com doenças, as epidemias recorrentes e a quebra de sua cultura. Desse modo, é decidido que o contato só deve ser feito em caso de riscos à vida ou possibilidade de morte iminente dos índios. E, havendo o contato, o trabalho consiste em educar o índio para que não dependa da tutela, que seja independente e autossuficiente. Hoje em dia, fica claro na Coordenadoria Geral de Indígenas Isolados e Recém Contatados que não se deve fazer contato simplesmente por fazer.

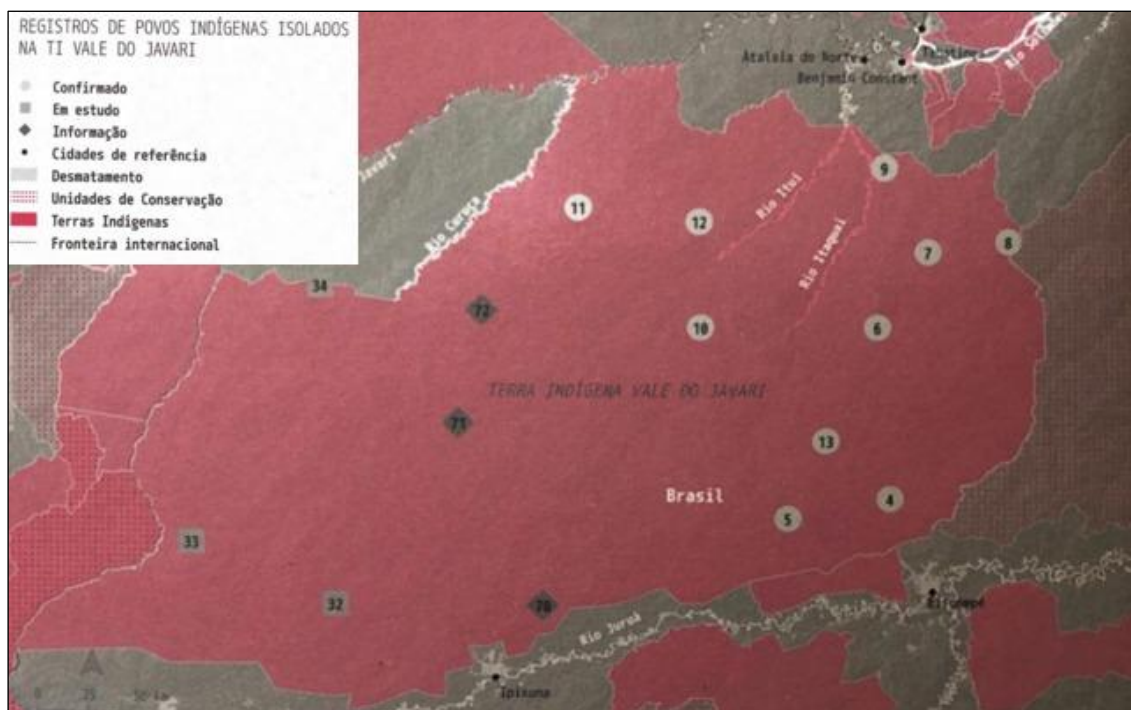
### **2.3 Vale do Javari**

A Terra Indígena do Vale do Javari, foi homologada em 2 maio de 2001 e é a segunda maior TI do país<sup>13</sup>, com uma extensão de 8.544.448 hectares. Abriga sete povos diferentes: Marubo, Mayoruna (Matsés), Matis, Kanamari, Kulina, Pano, Korubo e Tyohom-Dyapa (MARUBO, 2019, p. 125). Possuindo mais de 60 aldeias, possui também a maior quantidade de indígenas em “isolamento voluntário” no Brasil – em torno de 20 povos isolados, sendo que são 26 povos ao todo na TI –, com uma população de 6.978 indígenas. (IBGE). Está localizada em grande parte do município de Atalaia do Norte, Benjamin Constant e uma pequena parte dos municípios de Jutai e São Paulo de Olivença<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> A abordagem para a regularização de uma TI tão grande como a do Javari já tinha sido proposta pelo sertanista Sebastião Amâncio, em 1972. Isso mostra que, quase trinta anos antes da regularização, a Javari já era idealizada (ORTOLAN MATOS, 2016, p. 103).

<sup>14</sup> INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Terra Indígena Vale do Javari. [S. l.], 1 jan. 2020. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3895>. Acesso em: 10 maio 2020.



Mapa 1: Localização da Terra indígena do Vale do Javari<sup>15</sup>

O Vale do Javari é marcado pela exploração e resistência indígena. Antes de sua regulamentação fundiária, em 2000, os casos de ameaças a essa região eram altíssimos. O primeiro marco dessa terra é a exploração de borracha, entre o final do século XIX e a primeira década do século XX. Uma das consequências desse período de escravização indígena foi o isolamento de diversos povos para áreas mais afastadas e de difícil acesso, como a única forma de sobrevivência encontrada por eles (NATIVIDADE, 2017, p. 45, 46), Após esse período, ocorre certa estagnação na exploração das florestas amazônicas, que durou pouco tempo. Em meados do século XX, na década de 1940, o desmatamento e a exploração da madeira tomaram conta financeiramente da região, estendendo-se até a o fim da década de 1950, assemelhando-se com a devastação causada pela exploração da borracha (MELATTI, 1981, p. 25). Talvez o principal ataque à região tenha ficado conhecido durante o governo de Emílio Garrastazu Médici e se arrastou até o início do governo de João Figueiredo, com a tentativa de construção da rodovia Perimetral Norte. Os estados do Amapá, Amazonas, Pará e Roraima seriam ligados por essa rodovia, que seria construída entre os rios Curuçá e Javari e, conseqüentemente, geraria um genocídio para os povos indígenas da região. No período pós-ditadura, o narcotráfico dominou a região, gerando muito lucro e estando presente

<sup>15</sup> RICARDO, Fany; FÁVERO GONGORA, Majoi. Cercos e resistências: Povos indígenas isolados na Amazônia brasileira. 2019, p. 124.

até os dias de hoje nas fronteiras de Peru e Colômbia<sup>16</sup> (OCTAVIO; NASCIMENTO, 2019, p. 144). Nesse breve resumo sobre história de mais de 100 anos da região do Javari, percebemos que o local é um foco de exploração da região amazônica, e como políticas de demarcação de territórios que estão presentes na Constituição de 1988 iriam prejudicar o modelo capitalista predatório brasileiro. E, mesmo após a região se tornar uma Terra Indígena homologada, as vidas dos indígenas não se tornaram seguras.

O processo de regularização fundiário da Terra Indígena do Vale do Javari, que envolveu trâmites que vão além dos jurídicos e administrativos, incluiu etapas políticas nas quais participaram agentes indígenas e não indígenas. Esse processo fez com que se estabelecessem as relações entre indígenas, governo, redes de apoio e antropólogos. Inclusive, foi nessa conjuntura que os indígenas contatados foram vinculados territorialmente com os indígenas isolados (ORTOLAN MATOS, 2006, p. 101, 102). Ortolan Matos destaca a importância da presença indígena durante o processo de demarcação:

[...] os indígenas, de uma maneira geral, têm oportunidade de percorrer os limites da terra e, conseqüentemente, de conhecer áreas mais distantes de sua terra que não eram as mais exploradas pelo seu grupo ou família. Essa atividade rendeu pontos positivos para o movimento indígena de várias etnias, principalmente, por envolver jovens indígenas na proteção da terra. Muitos desses jovens estavam atraídos pelo modo de vida das cidades próximas de sua terra, incentivá-los a participar do acompanhamento da demarcação era uma maneira de incentivá-los a estar na sua terra e ter a responsabilidade da proteção do território (ORTOLAN, 2006, p. 259).

No início das demarcações de terras indígenas isoladas, a decisão e a articulação eram realizadas pela Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari (FPEVJ). De início, essas informações eram sigilosas pelo medo de madeireiros, caçadores e pescadores ilegais adentrarem as terras dos indígenas em isolamento voluntário<sup>17</sup>. A partir de 2005, as organizações indígenas, que trabalhavam informalmente dentro da Terra Indígena, exigiram as informações sobre as terras, assim iniciando uma mudança significativa na proteção dos isolados. Os povos contatados ou de contato recente, juntos às Frentes de Proteção Etnoambientais

---

<sup>16</sup> A Colômbia não faz fronteira direta com o Vale do Javari, porém possui caminhos de fácil acesso nas áreas próximas ao Vale. Na maioria dos casos, entram na Amazônia brasileira pelo Rio Javari, que é afluente do Rio Solimões e liga a fronteira colombiana a Bejamin Constant, município no Amazonas que corta o Vale.

<sup>17</sup> Essas informações também eram escondidas de outros indígenas que conviviam no mesmo território e até de equipes da FUNAI da própria região de Atalaia do Norte. Apenas realizavam as expedições os servidores de outras regiões, coordenados pelo Departamento de Índios Isolados.

(FPEs) formaram um trabalho de conscientização sobre os territórios dos isolados, uma forma de “pacto implícito e natural” entre os povos que dividem a TI (MARUBO, 2019, p. 128). Dessa forma, o trabalho dos indígenas foi além da regulamentação fundiária, contribuindo também para a proteção e segurança dos isolados<sup>18</sup>. Essa busca dos povos indígenas em participar ativamente nessa construção mostra a vontade de ter controle sobre suas terras, afastando a imagem de que necessitam de tutela e provando sua autonomia para decisões e melhoras em suas terras originárias.

O declínio da Funai nos últimos anos, com poucos agentes e recursos, transformou esse objetivo alcançado em uma lembrança. As bases que sobraram se encontram abandonadas, incluindo a Base de Ituí, que foi perdendo a força com o passar dos anos. Algumas ainda não foram fechadas graças ao apoio dos indígenas do Vale, que trabalham em péssimas condições. Beto Marubo relata como a demarcação de terra ao sul do Vale já está sendo afastada por criações de bovinos. Outro fator problemático é a falta de médicos ou de eficácia sanitária em áreas onde transitam isolados e contatados, sendo grande foco de doenças. Todos esses problemas estão diretamente ligados ao desmonte anunciado pós-golpe em Dilma Rousseff, no ano de 2016, e o Vale do Javari, por ter a maior presença de isolados no mundo, foi uma das regiões mais vulneráveis. Destaca-se o grupo dos Korubo que, após anos de conflitos contra indígenas (Matis) e não indígenas, hoje se encontra dividido e beirando o desaparecimento total de sua etnia.

#### **2.4 Korubo e Matis**

A história dos Korubo e dos Matis está ligada ao Vale do Javari, antes mesmo do processo de regulamentação fundiária, e com as políticas de atração que marcaram grande parte do século XX. Em 1974, foi criado o Posto Indígena de Atração (PIA) em uma região muito próxima à localização da população Matis (próximo ao Rio Ituí<sup>19</sup>, em Atalaia do Norte), cenário da primeira tentativa de atraí-los. Esse posto de atração fez com que os Matis saíssem de seu território de origem e passassem a pedir utensílios para o posto, como roupas e ferramentas de metal. Apenas em 2010, os

---

<sup>18</sup> Um exemplo da funcionalidade dos indígenas sendo ativos nas decisões dentro do Vale foi a criação da Base de Vigilância Ituí, que conseguiu, com a união da Funai com o trabalho de vigilância dos próprios indígenas na área, recuperar parte da fauna e da flora nativa.

<sup>19</sup> O Rio Ituí não é o local de origem dos Matis, porém após diversas tentativas de aproximação, muitos deles foram mortos e se mudaram de suas áreas iniciais.

Matis iniciaram o processo de retomada de seus territórios, o que desencadeou a reconexão com seus antepassados. Porém, no período em que seu território originário ficou vazio, tornou-se área de passagem para os isolados Korubo<sup>20</sup> (MATOS, 2019, pp. 132 — 134). Essa interação fez com que os Matis iniciassem seus trabalhos com a Funai como mediadores de contato com os Korubo, pela facilidade linguística. Apesar da intenção de contato pacífica, os Korubo não responderam dessa forma e iniciou-se uma grande sequência de conflitos entre os indígenas contatados e não contatados.

O caso de contato mais marcante para os Korubo e para a Funai ocorreu em 1996, quando foi criada a Frente de Contato Vale do Javari, com a intenção de impedir o avanço de invasores na região e não estabelecer o contato forçado com riscos às vidas dos isolados. Porém, com medo dos ataques que poderiam sofrer ali, Possuelo organizou formas de atração para os indígenas Korubo<sup>21</sup>. Para estabelecer esse diálogo, Sydney Possuelo contou com alguns indígenas Matis<sup>22</sup> que localizaram um grupo de aproximadamente 18 indígenas Korubos, liderados pela matriarca Maya. Ivan Rapa conta que para se apresentar aos Korubo disse: “Eu também sou índio. Eu, Matis, irmão, parente, meu tio, minha mãe, minha irmã” (ARISI, 2016, p. 84). Bárbara Arisi, autora da pesquisa que apresenta esse contato, explica que, para os Matis que realizaram o contato, foi como um reencontro com antigos parentes e que, se estivessem mais próximos dos centros de contato ou mediando certas situações, haveria menos casos de mortes, normalmente causados pela falta de compreensão linguística (ARISI, 2017). Vale destacar que apenas uma parte dos Korubo foi contatada, que ficou conhecido como “Grupo da Maya”. Ficou claro como o contato com esse grupo era necessário após os relatos ditos a Possuelo e sua equipe, pois diversos conflitos e mortes ocorreram até que se juntassem aos Matis. Outros Korubo ainda permanecem isolados e as suas relações com outros povos não foram tão agradáveis como a do Grupo da Maya. Os Korubo desse grupo foram

---

<sup>20</sup> Seguindo narrativas históricas dos Matis, próximo a esse local, em 1920, duas meninas Korubo foram levadas pelos Matis após um ataque à aldeia dos isolados. Esse desentendimento fez com que grande parte da população Matis atual descendesse dessas meninas Korubo, que se tornaram suas esposas.

<sup>21</sup> Segundo relatórios da Funai, entre 1965 e 1989 foram mortos 22 não índios pelos Korubo. Não existem dados precisos sobre a morte dos Korubo, tanto direta como indiretamente, porém existem relatos de pelo menos seis massacres contra os Korubo entre esse mesmo período (ARISI, 2007, p. 80).

<sup>22</sup> Quatro indígenas Matis fizeram parte da Frente de Contato: Binan Tuku, que quando criança seu pai dialogou com brancos pedindo utensílios e, em 1996, já era intérprete da Funai; Ivan Rapa, que em 1976 foi contatado por brancos quando era criança; Tepi e Baritsika também formavam o grupo (ARISI, 2007, p. 84, 85)

importantíssimos para a abertura de diálogo e aproximação com outros grupos Korubo<sup>23</sup>.

Em 2014, o grupo conhecido como os “Korubo do Itaquai” buscou contato em uma aldeia Kanamari<sup>24</sup>. Uma mulher Korubo foi picada e outros indígenas apresentavam sintomas de malária e, por isso, foram transferidos para uma base etnoambiental da Funai próxima ao Grupo Maya (MATOS, 2019, p. 134). Esse grupo que foi tratado na base da Funai ficou conhecido como “Grupo do Visa”, pois Visa era o nome do líder desse pequeno grupo. Após o contato, Visa explicou que muitos de seus parentes no Rio Itaquai tinham morrido ou estavam doentes e essa era a razão de buscar o contato com os Kanamari e, conseqüentemente, estabelecer diálogos com a Funai. Foram realizados sobrevoos tentando encontrar o restante do grupo pelo fato de eles estarem doentes. Ao chegar ao local, a equipe da Funai, formada por integrantes dos grupos Maya e Visa, conseguiu um contato pacífico e descobriu parentescos entre eles. Segundo o registro de campo de Fabricio Amorim, responsável por coordenar a equipe: “Constatamos que grande parte desse grupo ou era filh(a/o) ou net(a/o) da Maya. Inclusive, a mãe do Visa – Lalanvet – era filha da Maya. Obviamente, ficaram surpresos com a existência da Maya, julgavam-na morta. Era um reencontro após, pelo menos, 30 anos.” (AMORIM, 2017, p. 12). Um mês após esse contato, a Funai enviou uma equipe para dialogar com um grupo de 15 indivíduos, próximo a aldeia Massapê, que eram parentes de Visa que se distanciaram por brigas internas do grupo. (NATIVIDADE, 2017, p. 86).

O problema com a questão da aproximação é a falta de recursos da Funai, que não consegue ter controle sobre a entrada e saída de invasores, diversos tipos de exploração da área e o próprio perigo do contato. De todo modo, os indígenas não apresentariam sintomas de malária se não houvessem sido expostos à doença por terceiros dentro da TI e não optariam por se manterem contatados. No Javari, não existe uma política de proteção de territórios, o que prejudica a vida dos isolados dentro das TIs. Outro fator extremamente prejudicial para os povos indígenas é o chamado “arco do desmatamento”<sup>25</sup>, indo do sul do Amazonas ao Maranhão.

---

<sup>23</sup> Em 2014, era possível localizar quatro grupos de Korubo pelo Javari, sendo três deles ainda em isolamento. Localizados no Rio Coari, Rio Itaquai e Rio Curuena.

<sup>24</sup> Os Kanamari pertencem à família linguística Katukina. Localizados na região do Vale do Javari, ocupam os rios Curuçá, Javari, Itaquai e Jutai, mais ao sul da TI.

<sup>25</sup> O termo “arco de desmatamento” compreende a região onde encontram-se os maiores índices de desmatamento da Amazônia. É um território que vai do oeste do Maranhão e sul do Pará em direção a

Em dezembro de 2014, ocorreu outro encontro entre os Matis e os Korubo isolados do Rio Coari, não tão pacífico como o contato da Funai com o “Grupo do Visa”. O conflito se iniciou quando um grupo de Korubo, formado apenas por homens, se aproximou da aldeia Todawak<sup>26</sup>, onde três indígenas Matis estavam cuidando da terra. Após o desentendimento, apenas uma Matis sobreviveu, devido à desvantagem numérica. Os próprios Korubo explicam que o que pode ter motivado o ataque foi uma epidemia que afetou diretamente sua população no rio Coari, em 2010, ano em que os Matis foram “transferidos” para próximo a esse rio, contribuindo para encontros diretos e indiretos com os isolados que já estavam na região (AMORIM, 2017, p. 12). Após esse evento, os Matis da aldeia Todawak foram transferidos para o rio Branco, localização que fazia muito mais sentido, por estar próxima a outras aldeias Matis.

No Vale do Javari, existe um movimento de indígenas isolados buscando o contato, o que traz grande preocupação, pois não existe na área uma estrutura adequada de saúde para prevenir e protegê-los de possíveis epidemias e infecções (CIMI, 2014, p. 155)

Esse evento marcante em 2014 desencadeou problemas ao longo de 2015 para a Funai e para os Korubo. Os Matis localizados na aldeia do Coari se mudaram para uma região próxima a outras aldeias Matis no rio Branco e pediram para que a Funai buscasse o contato com os Korubo do Coari. Porém, antes da manifestação oficial da Funai, os Matis iniciaram o processo de contato com a ajuda de outros grupos Korubo já contatados no ano anterior (AMORIM, 2017, p. 12). Fabricio Amorim revela que ambos os contatos foram feitos com muita segurança e sem nenhuma morte, sendo, nesse caso, um contato necessário para garantir a defesa e a proteção dos isolados.

No início de 2016, o povo Matis ocupou a sede da Funai em Atalaia do Norte como forma de protesto pelo tratamento que sofreram pela agência estatal. Pediram participação ativa na situação dos Korubo e exoneração do coordenador Bruno Pereira. Mesmo com o diálogo estabelecido em 2015, existia muita tensão entre essas duas etnias, que passaram a “conviver” mais próximas, causando insegurança por parte dos Matis, que mudaram suas rotinas e acusaram a Funai de tê-los utilizado como intérpretes quando necessário e não ter dado continuidade com a assistência. Os Matis denunciam a forma equivocada de se lidar com o problema de contato com os Korubo,

---

oeste, passando por Mato Grosso, Rondônia e Acre. As rodovias Belém-Brasília e Cuiabá-Porto Velho iniciaram o desenho desse arco e, atualmente, corresponde ao território de 256 municípios, que concentram aproximadamente 75% do desmatamento da Amazônia.

<sup>26</sup> Localizada próximo ao rio Coari.

as mudanças de territórios e o enfraquecimento do povo isolado que gera invasões e roubos nas hortas (FARIAS, 2016).

Este embate levantou questionamentos sobre a postura autossuficiente do órgão indigenista, especificamente da Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém Contatados (CGIIRC), na gestão da política de proteção destes povos, que, neste caso, revelou-se completamente ineficiente. (CIMI, 2016, p. 132)

Essa ocupação, que contou com mais de 100 indígenas, sendo a maioria da etnia Matis (62), levou o presidente da Funai, João Pedro Gonçalves da Costa, até Atalaia do Norte para buscar uma pacificação para a situação entre os dois povos indígenas. Porém, em entrevista para a Amazônia Real, o líder da ocupação Marke Turu Matis, disse que é uma invenção da Funai e que a causa do desentendimento entre Matis e Korubo é por disputa de terras. Marke Matis ainda conclui que, se fosse necessário, tornaria o caso da ocupação internacional, para denunciar os abusos feitos pelo coordenador Bruno Pereira<sup>27</sup>. Essa manifestação histórica dos povos indígenas serviu para restabelecer o diálogo entre os Matis e a Funai.

## **2.5 Cenário político atual sob os isolados**

A antropóloga Beatriz de Almeida Matos evidencia os problemas para a construção de uma política para a proteção dos povos isolados. A mediação feita pela Funai é mais uma situação que deixa pontas soltas, pois muitos são os casos de agentes da Funai que usam índios já contatados para mediar a relação com os isolados. Os problemas com essa mediação, além da falta de confiança que grupos isolados sentem com a presença de outros indígenas, são as possibilidades de contaminação, pois a falta de um sistema de saúde na região os deixa fragilizados (MATOS, 2017, p. 55).

Vemos, por tudo isso, que um dos principais desafios para a política indigenista voltada aos povos em situação de isolamento é o de promover e assegurar sua autonomia e a autodeterminação política e, ao mesmo tempo, garantir sua segurança física. Com o objetivo de proteger os isolados de doenças ou enfrentamentos que acarretem mortes, a Funai se impõe como mediadora entre eles, os demais grupos indígenas e outros não indígenas (MATOS, 2019, p. 137).

Matos segue falando sobre a contradição de proteção ao isolado, que ao mesmo tempo que prejudica a autonomia dos povos, também ajuda a protegê-los fisicamente. Isso é uma discordância comum, nas quais a solução para um problema

---

<sup>27</sup> Bruno Pereira foi exonerado do cargo no dia 04/10/2019 após 14 meses trabalhando como coordenador-geral de índios Isolados e Recém Contatados.

encontrado acaba ferindo a sua existência como isolado.

Durante esses mais de 30 anos de uma política de não contato, tivemos muitos avanços significativos em Terras Indígenas e nos processos de regularização fundiária, um aumento expressivo em localizações de povos isolados e as Frentes de Proteção Etnoambiental que conseguiram, apesar da verba extremamente pequena, exercer até certo ponto os subsistemas de contato, localização e vigilância. Na América Latina, o Brasil é destaque nos avanços da política indigenista para isolados. Dos países da América do Sul, sete possuem evidências de povos indígenas isolados: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Paraguai e Venezuela. Mesmo assim, a grande maioria, excetuando apenas Brasil e Equador, não reconhece oficialmente a existência desses povos, mesmo com claros indícios de sua existência. Esse fato pode criar um genocídio em massa entre esses povos. (VAZ, 2011, p. 52). Porém, a maior deficiência da Funai é que qualquer presidente que assuma o órgão, ou um ministro ao qual o órgão pertence, pode revogar as ações da Funai, sem consultar o Congresso (VAZ, 2019). Essa brecha encontrou-se e encontra-se exposta nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro.

O golpe de 2016 abriu caminho para o ex-presidente Michel Temer (2016–2019), iniciasse o desmanche da política de indígenas isolados no Brasil, que continua até os dias atuais no governo de Jair Bolsonaro (2019 –). Com isso, o ano de 2017 ficou marcado por um grande retrocesso na política dos povos indígenas, com fortalecimento dos setores anti-indígenas nos três poderes do Estado, enfraquecimento das leis de proteção, aval do Estado para as invasões em terras indígenas e falta de recursos cedidos à CGIIRC<sup>28</sup>. Se a Funai serve como mediadora, a destruição desse órgão é a principal forma de abrir caminho para implementar políticas destrutivas ou permitir o avanço de invasores nas regiões protegidas. A diminuição de investimento e o corte de funcionários são os primeiros passos para facilitar o acesso às riquezas dos territórios indígenas.

É importante destacar que o governo de Dilma Rousseff (2011–2016) foi o que menos regulamentou terras indígenas, teve grande incentivo para a construção de megaprojetos, principalmente na Amazônia, e os levantamentos feitos pela ministra da Casa Civil de Dilma, Gleisi Hoffman, contra as demarcações da Funai, que

---

<sup>28</sup> O recurso orçamentário de 2018 é mais de 70% inferior na comparação com 2014. O orçamento de 2018 é aproximadamente 20% inferior ao de 2017.

contribuiu para o desmonte atual do órgão. (KLEIN; SENLLE, 2016)

Ainda em 2016, Michel Temer cortou 38% dos recursos da Funai, atingindo diretamente a CGIIRC, colocando em risco metade das Frentes de Proteção Etnoambiental espalhadas pelo Brasil<sup>29</sup>, entre elas a FPE Vale do Javari. Esse corte evidenciou a fragilidade dos povos indígenas isolados, que já estavam caminhando para o colapso. Sem as FPEs, ficou ainda mais fácil para invasores como madeireiros, garimpeiros e narcotraficantes se estabelecessem dentro das TIs, contribuindo para mortes, pandemias e migrações forçadas dos isolados. Essa situação piorou em 2017, quando a Funai foi alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Desse modo, houve paralisação de demarcações e mais cortes de verbas, deixando a Funai sob o poder dos garimpeiros, latifundiários e militares. Comandada pela bancada ruralista, a CPI não conseguiu mostrar ilegalidade nas demarcações ou ações da Funai, porém contribuiu para o sucateamento e pôs em risco mais de 90 povos isolados e levou ao corte de 20% dos técnicos da Funai.

No decorrer de 2017, muitos ataques foram feitos aos isolados, em destaque aos da TI Vale do Javari, onde indígenas conhecidos como “flecheiros” foram assassinados em agosto<sup>30</sup>, evidenciando a falta de controle que as frentes etnoambientais possuem nas demarcações. Próximo a esse massacre, foram instaladas quatro balsas de garimpos, em local com presença confirmada de isolados, sem serem notados pelas FPEs. Esse massacre é considerado a maior tragédia entre os isolados desde 1993, quando 16 índios Yanomami foram assassinados por garimpeiros em Roraima. No mesmo ano, foram feitas denúncias de um possível massacre de isolados em áreas de forte atuação de garimpo ilegal. Mesmo não sendo encontrada nenhuma evidência de massacre, é extremamente problemático ter uma presença tão forte de garimpeiros em territórios de isolados (OCTAVIO; NASCIMENTO, 2019, pp 144-150). Essa realidade evidencia o desmonte orquestrado por Michel Temer e pelos ruralistas que ganharam força durante o seu governo. Não é coincidência o surgimento de isolados que foram forçados a migrar para sobreviver e o aumento de garimpeiros em áreas demarcadas.

O governo do presidente Michel Temer demitiu 87 servidores de cargos comissionados da Fundação Nacional do Índio (Funai) e extinguiu 51 Coordenações Técnicas Locais (CTLs), sendo que 40 atendiam índios

---

<sup>29</sup> Envira, no Acre; Madeira-Purus e Vale do Javari, no Amazonas; Yanomami/Yekuana, no Amazonas e em Roraima; Awá Guaja, no Maranhão; e Madeirinha-Juruena, no Mato Grosso.

<sup>30</sup> Não foi divulgado um número exato, porém, ONGs que trabalham no Vale do Javari, afirmaram ser “ao menos 10” flecheiros mortos.

de áreas remotas da Amazônia, inclusive onde há presença de povos isolados, que não têm contato com a sociedade nacional, e cujos territórios sofrem pressões de garimpos, grileiros, madeireiros, fazendeiros e narcotraficantes. (FARIAS; PONTES, 2017)

Entre as CTLs extintas está a de Atalaia do Norte no Vale do Javari, que fazia um trabalho conjunto com a Frente Etnoambiental, com a função de proteger e monitorar a TI com maior número de indígenas isolados do mundo.

Todas as críticas aos governos anteriores durante esses 30 anos da nova política de isolados são necessárias, pois temos casos de ataques, invasões, massacres e surtos de doenças em todos esses anos. O problema orçamentário da Funai e, mais especificamente, da Coordenadoria de Indígenas Isolados, é uma realidade desde a sua criação, em 1987. Nenhum governo deu a prioridade necessária para os indígenas e tudo que foi conquistado foi com sangue e resistência. Porém, entre 2016 e 2018, a política indigenista para os isolados foi totalmente deixada de lado.

De 2019 até o momento deste texto, temos o governo de Jair Bolsonaro. Paralelamente, no final de 2018, o conflito entre Matis e Korubo volta a ser um problema. Em 2019, a Funai deu início à maior expedição para contato com índios isolados nos últimos 20 anos. Nomeada de “Expedição de proteção e monitoramento da situação de indígenas isolados Korubo do rio Coari”, tem a finalidade de evitar uma guerra entre os Korubo e os Matis, no extremo oeste do Amazonas. A missão, que teve o custo inicial de R\$ 250 mil, podendo chegar R\$ 816 mil, conta com o apoio da polícia federal (PF) e de outras organizações indígenas da região (Funai, 2019). Nesse cenário de uma busca de contato que relembra as práticas políticas do ultrapassado SPI, temos a entrada de Marcelo Augusto Xavier, indicado pela bancada ruralista, para presidência da Funai. A BBC Brasil levantou informações sobre ele na época que assumiu:

Ele foi alvo de duas investigações internas da corporação – chamadas, no jargão do serviço público, de PADs (Processo Administrativo Disciplinar). Uma delas foi por ter aberto uma investigação contra o ex-marido de sua mulher. A outra, por supostamente ter desacatado um procurador do Ministério Público Federal (MPF). Além disso, Xavier foi reprovado em uma avaliação psicológica para o cargo de delegado – embora tenha passado em outra (SHALDERS, 2019)

Marcelo indicou Ricardo Lopes Dias, ex missionário do grupo Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB)<sup>31</sup>, para coordenar a CGIIRC. O Ministério Público Federal já se manifestou a respeito da nomeação em fevereiro, pedindo a suspensão do cargo, porém a liminar foi negada. Foi feito mais um pedido em abril, apontando uma possível omissão referente à proteção dos isolados em meio à pandemia que afeta o mundo todo. Importante destacar que Ricardo Lopes chegou ao cargo graças a uma mudança feita por Marcelo Augusto Xavier, que “alterou o regimento interno para permitir que indivíduos de fora da administração pública pudessem ocupar a coordenação-geral de proteção a índios isolados e recém contatados” (BIASSETO, 2020)

A Funai diz que as tentativas de suspender Ricardo de seu cargo atual seriam decorrentes de preconceito religioso. No começo de 2020, esse grupo missionário foi avistado realizando sobrevoos pelo Vale do Javari, sem a autorização da Funai, colocando em risco a saúde dos indígenas por estarem circulando durante um dos picos de contaminação da Covid-19 no país. A MNTB, já é conhecida por outros processos de evangelização desde 1950 e por uma investigação pela morte de indígenas que contraíram doenças (gripe e pneumonia) em 1990.

O governo Bolsonaro permitiu o crescimento de missionários em terras indígenas, aprovou projetos de leis que vão contra os direitos constitucionais dos indígenas e permitiu a exposição sem proteção contra o coronavírus. Os anos que vêm a seguir não indicam uma melhora ou esperança para os indígenas.

### 3 CONCLUSÃO

Após 77 anos de uma política indigenista arcaica sendo usada para forçar o contato e transformar os indígenas em trabalhadores rurais, ocorreu uma mudança significativa na vida desses indígenas, construindo uma política que os colocava como protagonistas de suas decisões e de suas terras. Em 1987, tivemos a criação de uma política dedicada a proteção e preservação da cultura e modo de vida indígena, um avanço significativo em Terras Indígenas e nos processos de regularização fundiária, um aumento expressivo em localizações de povos isolados e a criação das Frentes de

---

<sup>31</sup> O grupo *New Tribes Mission* é norte americano, porém existem relatos da presença deles na Amazônia desde 1950. Sydney Possuelo relata que durante a época que foi presidente da Funai, de 1991 a 1993, confrontou os missionários que estavam evangelizando nas terras dos indígenas Zo'ê. (MILANEZ, 2015, p. 232, 233)

Proteção Etnoambiental que conseguiram, apesar da verba extremamente pequena, exercer até certo ponto os subsistemas de contato, localização e vigilância. E, ao mesmo tempo, foram apontadas contradições dentro das práticas da Funai com os isolados. Os impasses dessa nova política de isolados, como bem demonstram os conflitos dos Korubo e Matis, se configuram com a tentativa de garantir a autonomia e segurança física sem intervir em seus modos de vida ou nos possíveis conflitos. A política de não contato passa a questionar o contato, usa do caminho mais trabalhoso e mais seguro, para que embates como os analisados nesse artigo sejam resolvidos pelos próprios indígenas.

Só é possível preservar os povos indígenas com a presença das Frentes de Proteção em Terras Indígenas, que precisam impedir qualquer presença ameaçadora de entrar nas demarcações. Porém, os rumos que política dos indígenas isolados tomou nos últimos anos demonstra como, gradativamente, as conquistas dos sertanistas de 1987 estão sendo abandonadas. O projeto do Estado para avançar cada vez mais sobre as terras indígenas é constante e aumenta conforme mais cargos são ocupados por militares e religiosos, que pouco ou nada entendem de política indigenista. Não basta o status de isolado e, sim, haver condições de os povos continuarem, por vontade própria, mantendo-se em isolamento voluntário.

A partir disso, compreendemos que a redemocratização do Brasil nos anos 1980, que culminou na Constituição de 1988, abriu espaço para a política indígena agir em seus territórios regularizados pelo Estado e para uma nova política indigenista que deveria protegê-los. Sendo assim, entendemos que o problema com o fechamento do cerco sobre os isolados é o Estado. E a Funai, que serve como mediadora, pouco pode fazer sem os recursos do Estado, que diminuem a cada troca de presidente, fragilizando-a com medidas destrutivas no governo de Michel Temer e com a negação da política de não contato e de terras no governo de Jair Bolsonaro. Para uma retomada positiva da política indigenista, o papel do Estado seria voltado à proteção e ao impedimento de agressões contra esses povos, permitindo assim uma política indígena – já existente e desenvolvida pelos próprios indígenas – dentro de seus territórios, que faça sentido em relação a suas vidas, seus interesses e sua sobrevivência.

#### 4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISI, Barbara Maisonnave. “MATIS E KORUBO: CONTATO E ÍNDIOS ISOLADOS, Relações entre povos no Vale do Javari, Amazônia”. Dissertação de mestrado em Antropologia na UFSC, 2007.
- AMORIM, Fabrício F. Nos tapiris Korubo: uma perspectiva indigenista das tensões e distensões Korubo (e Matis) In: Povos Indígenas Isolados no Brasil. 2017.
- BIASSETO, Daniel. **Missionários fizeram voos de helicóptero para terra indígena com isolados sem autorização.** [S. l.], 13 abr. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/missionarios-fizeram-voos-de-helicoptero-para-terra-indigena-com-isolados-sem-autorizacao-24365714#:~:text=Para%20a%20nomea%C3%A7%C3%A3o%20de%20Ricardo,isolados%20e%20de%20recente%20contato>. Acesso em: 7 jul. 2020.
- CIMI. **Petrobrás avança em terra de índios arredios. Brasília**, 17 de dezembro de 1984.
- CIMI. Povos Isolados: Vinculados ao futuro. **Relatório Violência contra os povos indígenas do Brasil**, 2014.
- CIMI. São grandes as interrogações para o futuro dos povos indígenas isolados. **Relatório Violência contra os povos indígenas do Brasil**, 2016.
- CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**: Pesquisas de antropologia política. 1. ed. Atual. 1974.
- CTI, **Operação destrói 60 balsas de garimpo ilegal na TI Vale do Javari**. 16 de setembro 2019. Disponível em: <https://trabalhoindigenista.org.br/operacao-destroi-60-balsas-de-garimpo-ilegal-na-ti-vale-do-javari/>
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. Companhia das Letras, 1992
- DIACON, Todd. Cândido Mariano da Silva Rondon and the Politics of Indian Protection in Brazil. *The Past and Present Society*, Oxford, n. 177, p. 157-194, 1 nov. 2002.
- FARIAS, Elaíze. **Vale do Javari**: Conflito com Korubo se agrava e Matis ocupam sede da Funai em Atalaia do Norte (AM). [S. l.], 20 nov. 2016. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/vale-do-javari-conflito-com-korubo-se-agrava-e-matis-ocupam-sede-da-funai-em-atalaia-do-norte-am/>. Acesso em: 8 ago. 2020
- FARIAS, Elaíze; PONTES, Fabio. **Desmonte de Temer na Funai extingue coordenações e ameaça índios da Amazônia.** [S. l.], 5 abr. 2017. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/desmonte-de-temer-na-funai-extingue-coordenacoes-e-ameaca-indios-da-amazonia/>. Acesso em: 4 jul. 2020.
- FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **O serviço de proteção aos índios**. 2020. Disponível em: <http://museudoindio.gov.br/textual/382-o-servico-de-protecao-aos-indios>. Acesso em: 17 jan. 2020.

FUNAI, Relatório do I Encontro de Sertanistas. Brasília, 22 a 27 de junho de 1987. Acervo CGIRC/FUNAI. Brasília: FUNAI, 1987

FUNAI. Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato - Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/nossasacoes/povos-indigenas-isolados-e-de-recente-contato> - acesso em: 5 janeiro 2019

GALLOIS, Dominique Tilkin. De arredios a isolados: perspectivas de autonomia para os povos indígenas recém contratados. In **GRUPIONI**, Luis Donisete Benzi (org.). Índios no Brasil. Brasília, Ministério da Educação e Desporto, 1994

INSTITUTO SOCIO AMBIENTAL. Sistema de Proteção ao Índio Isolado. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/index.php/acervo/documentos/sistema-de-protecao-ao-indio-isolado-2a-ed> Acesso em: 20/03/2019

KLEIN, Tatiane; SENLLE, Marília. **O que o governo Dilma fez (e não fez) para garantir o direito à terra e áreas para preservação?**. [S. l.], 1 jun. 2016. Disponível em: [socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-que-o-governo-dilma-fez-e-nao-fez-para-garantir-o-direito-a-terra-e-areas-para-conservacao](https://socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-que-o-governo-dilma-fez-e-nao-fez-para-garantir-o-direito-a-terra-e-areas-para-conservacao). Acesso em: 13 ago. 2020.

LEITÃO, Matheus. Funai realiza maior expedição para contato com índios isolados dos últimos 20 anos. G1, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/2019/03/07/funai-realiza-maior-expedicao-para-contato-com-indios-isolados-dos-ultimos-20-anos.ghtml> Acesso em: 28/03/2019

MATOS, Beatriz A. Diagnóstico Participativo do Uso do Território dos Rios Coari e Branco pelo Povo Matis. Fundação Nacional do Índio/PNUD. 2015

MATOS, Beatriz A. **Caminhos e malocas**: conjuntos na Amazônia Ocidental. In: R@u – Revista de Antropologia da UFSCar, vol. 9, n.1, pp. 37-60. 2017

MILANEZ, Felipe. A Funai e a farsa da política dos “índios isolados”. Carta Capital, 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-funai-e-a-farsa-da-politica-dos-indios-isolados/> Acesso em: 28/03/2019

MILANEZ, Felipe. Indígenas lutam por uma nova política para isolados. Carta Capital, 2018. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Noticias?id=190331> Acesso em: 28/03/2019

MILANEZ, Felipe. **Memórias Sertanistas**: Cem Anos de Indigenismo no Brasil. Edições SESC – São Paulo - SP, 2015.

OLIVEIRA, João Pacheco de. O nosso governo: os ticuna e o regime tutelar. 1988.

ORTOLAN MATOS, Maria Helena. **Rumos do movimento indígena no Brasil contemporâneo**: experiências exemplares no Vale do Javari. 2006. p. 259. Tese de Doutorado.

OTCA. Organización del Tratado de Cooperación Amazónica. Marco estratégico para la protección de los pueblos indígenas em aislamiento voluntario y contacto inicial. Brasília: OTCA, 2018.

OVIDO, Antonio. **Os povos indígenas isolados e as obras de infraestrutura que ameaçam seus territórios**. Disponível em:

[https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/isolad\\_infraestrutura\\_nota\\_tecnica\\_1pdf](https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/isolad_infraestrutura_nota_tecnica_1pdf) Acesso em: 28/03/2019

RICARDO, Fany; FÁVERO GONGORA, Majoí. **Cercos e resistências: Povos indígenas isolados na Amazônia brasileira.**

RIBEIRO, Darcy. **O indigenista Rondon**, Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura/Serviço de Documentação, 1958

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização: A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno.** Editoria vozes ltda. 1979.

ROCHA FREIRE, C. A Sagas sertanistas: práticas e representações do campo indigenista no século XX, tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2005.

SHALDERS, Andre. **Falhou no psicotécnico, investigou desafeto e atacou procurador:** a trajetória do novo presidente da Funai. [S. l.], 25 jul. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49107737>. Acesso em: 6 jul. 2020.

SOARES, Ricardo B. A história da cocaína em benjamin constant. Revista Somanlu, Universidade Federal do Amazonas - UFAM, p. 145 - 167, 12 ago. 2017.

VAZ, Antenor. Isolados no Brasil: Política de Estado: Da Tutela Para a Política de Direitos – Uma Questão Resolvida?2010. Brasil, fevereiro de 2011

VAZ, Antenor. Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato no Brasil: A que Será que se Destinam? Le Monde Diplomatique Brasil - agosto 2014.